

Luciana Fernandes de **Freitas**

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



Direito Eleitoral



- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.06.2022
- A autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Guavidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ. 1226924

F936d

Freitas, Luciana Fernandes de

Direito eleitoral / Luciana Fernandes de Freitas; coordenação Renee do Ó Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

368 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-478-0

1. Direito eleitoral – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-77903

CDU: 342.8(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Parte I

TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL	1
---	---

Capítulo 1

A base constitucional do Direito Eleitoral brasileiro	3
1.1 Conceito e objetivo do Direito Eleitoral	3
1.2 Direitos políticos	4
1.2.1 Direito de sufrágio e voto.....	6
1.2.2 Instrumentos de participação popular (plebiscito, referendo, iniciativa e consulta popular).....	7
1.2.3 Perda e suspensão dos direitos políticos	11
1.3 Exercício do voto: alistamento (capacidade eleitoral ativa) ...	14
1.3.1 Alistamento.....	15
1.3.2 Voto em trânsito.....	18
1.3.3 As pessoas transsexuais.....	20
1.3.4 Cancelamento e revisão de eleitorado	21
1.4 Elegibilidade (capacidade eleitoral passiva).....	22
1.5 Inelegibilidade.....	28
1.6 O microsistema jurídico eleitoral.....	45
1.7 As fontes do Direito Eleitoral.....	46
1.8 Poder Regulamentar do Tribunal Superior Eleitoral	48
1.9 Competência legislativa em Direito Eleitoral.....	49

Capítulo 2

Princípios do Direito Eleitoral.....	59
2.1 Princípio da moralidade eleitoral.....	59
2.2 Princípio da isonomia.....	60
2.3 Princípio da democracia partidária.....	60

2.4	Princípio republicano	61
2.5	Princípio do pluralismo político	62
2.6	Princípio da liberdade de organização partidária.....	62
2.7	Princípio da fidelidade partidária.....	63
2.8	Princípio da lisura das eleições	65
2.9	Princípio do aproveitamento do voto.....	66
2.10	Princípio da anterioridade eleitoral.....	66

Capítulo 3

Sistema proporcional e majoritário	71
3.1 Sistema majoritário	72
3.2 Sistema proporcional.....	74

Capítulo 4

Justiça Eleitoral – Organização e competência.....	83
4.1 Função jurisdicional.....	84
4.2 Função administrativa.....	85
4.3 Função regulamentar	85
4.4 Função consultiva	86
4.5 Tribunal Superior Eleitoral.....	87
4.6 Tribunais Regionais Eleitorais.....	88
4.7 Juízes eleitorais.....	88
4.8 Juntas eleitorais.....	89

Capítulo 5

Ministério Público Eleitoral	93
5.1 Exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público.....	96

Capítulo 6

Partidos políticos	99
6.1 Conceito, natureza jurídica	99
6.2 Direito partidário.....	101

6.3	Princípios aplicáveis aos partidos políticos	101
6.3.1	Legalidade	101
6.3.2	Autonomia	102
6.3.3	Fidelidade partidária	103
6.4	Coligações partidárias	105
6.5	Federações partidárias	106
6.6	Propaganda partidária	108
6.7	Outros direitos relativos aos partidos políticos	110
6.8	Recursos do fundo partidário e do fundo especial de financiamento de campanha (art. 17, § 3º, da CF) e a cláusula de barreira progressiva	111
6.9	Prestação de contas dos partidos políticos	114

Capítulo 7

LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e <i>compliance</i> eleitoral	133	
7.1	Princípios	134
7.2	Âmbito eleitoral	135
7.3	Lei de Acesso à Informação e LGPD	138
7.4	<i>Compliance</i> eleitoral	143

Capítulo 8

O Direito Eleitoral sob a perspectiva de gênero	147	
8.1	Políticas afirmativas – reserva de 30% das candidaturas	149
8.2	Recursos financeiros – distribuição dos fundos	151
8.3	Distribuição do tempo de propaganda eleitoral	152
8.4	Violência política	153
8.5	Reflexos criminais	155

Parte II

DIREITO ELEITORAL APLICADO ÀS ELEIÇÕES (DA ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES À DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS)	161
---	-----

Capítulo 9

Procedimentos de organização e eleições	163
---	-----

9.1 A realização das eleições.....	164
9.2 Apuração.....	167

Capítulo 10

Convenções partidárias e registro de candidaturas.....	173
10.1 Convenções partidárias	173
10.2 Registros de candidaturas.....	176

Capítulo 11

Publicidade eleitoral (propaganda institucional, propaganda partidária e propaganda eleitoral).....	187
11.1 Propaganda eleitoral	189
11.2 Prazo de realização e propaganda antecipada	197
11.3 Propaganda em bens públicos e particulares	199
11.4 Regras gerais da realização da propaganda.....	202
11.5 No dia das eleições.....	208
11.6 Representação por propaganda irregular	209

Capítulo 12

Enquetes e pesquisas eleitorais.....	215
--------------------------------------	-----

Capítulo 13

Arrecadação e limites de gastos de campanha eleitoral.....	219
13.1 Regras gerais	219
13.2 Representação por descumprimento dos limites legais de doação	222
13.3 Representação por arrecadação e gastos ilegais (art. 30-A da Lei nº 9.504/1997).....	225
13.4 Prestação de contas de campanha eleitoral.....	227

Capítulo 14

Diplomação dos eleitos e posse	231
--------------------------------------	-----

14.1 Diplomação	231
14.2 Posse.....	233

Parte III

PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL.....	235
----------------------------------	-----

Capítulo 15

Regras gerais para as demandas eleitorais.....	237
15.1 Acordo de não persecução cível.....	239
15.2 Divisão das ações eleitorais.....	241

Capítulo 16

Ações eleitorais	243
16.1 Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC)..	243
16.2 Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	248
16.3 Captação ilícita de sufrágio – art. 41-A da Lei Eleitoral	256
16.4 Representações por conduta vedada	259
16.5 Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME).....	271
16.6 Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	273
16.7 Ação rescisória eleitoral.....	278

Capítulo 17

Crimes eleitorais e Processo Penal Eleitoral.....	283
17.1 Natureza jurídica e bem jurídico tutelado	283
17.2 Disposições penais gerais no Código Eleitoral	283
17.3 Classificação dos crimes eleitorais.....	284
17.4 Novos crimes contra o Estado Democrático de Direito.....	285
17.5 Crimes eleitorais em espécie.....	290
17.6 Processo Penal Eleitoral	302
17.6.1 Investigação dos crimes eleitorais.....	303
17.6.2 Ação penal	304
17.6.3 Procedimento.....	306
17.6.4 Jurisdição e competência	310

17.6.5 Das prisões	312
17.6.6 Recursos	315

Capítulo 18

Recursos eleitorais	317
18.1 Recursos em face das decisões dos juízes eleitorais e das juntas eleitorais	318
18.1.1 Apelação criminal	318
18.1.2 Recurso em sentido estrito	319
18.1.3 Recurso inominado eleitoral	319
18.1.4 Recurso parcial	320
18.1.5 Embargos de declaração	320
18.2 Recursos em face das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	320
18.2.1 Recurso parcial	320
18.2.2 Recurso inominado eleitoral	321
18.2.3 Recurso especial eleitoral	321
18.2.4 Recurso ordinário eleitoral	322
18.2.5 Agravo	323
18.3 Recursos em face das decisões do TSE	323
18.3.1 Recurso extraordinário	323
18.3.2 Recurso ordinário constitucional	324

Anexo

Consolidação das alterações eleitorais de 2021	329
1 Emenda Constitucional nº 111/2021 (Minirreforma)	329
2 Lei Complementar nº 184/2021 (altera a LC nº 64/1990)	331
3 Lei nº 14.192/2021 – Violência política contra a mulher	341
4 Lei nº 14.197/2021 – Crimes contra a democracia	342
5 Lei nº 14.208/2021 – Federações Partidárias	343
6 Lei nº 14.211/2021 – Regras para o sistema proporcional	343
Referências	345